

Artigo

Discriminação racial e de gênero: formando para o enfrentamento de mulheres negras no contexto rural

Racial and gender discrimination:
training black women in rural areas to cope

Discriminación racial y de género:
entrenando mujeres negras en áreas rurales para lidiar

Patrícia Mendes Lemos¹ , Verônica Morais Ximenes¹ 

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de relatar a experiência da execução do curso de extensão realizado no município Tianguá, que versou sobre a temática do enfrentamento do racismo e da discriminação da mulher em contexto rural. Tal problemática se faz relevante para a promoção de estratégias de enfrentamento e estímulo à participação social de mulheres para a transformação de situações de opressão. O curso teve 26 participantes e foi realizado em cinco encontros. Adotamos a metodologia participativa e dialogada, a partir das interações entre as participantes, por meio de círculos de cultura. Os resultados foram a articulação entre mulheres e homens de diferentes segmentos e grupos sociais locais, a identificação das participantes com as questões abordadas e sua autodeclaração como mulheres negras, a constatação de que ações como essas se mostram necessárias em contexto social no qual as mulheres negras rurais apresentam vulnerabilidades específicas.

Palavras-chave: Racismo; Gênero; Discriminação; Enfrentamento

ABSTRACT

The aim of this article is to report on the experience of running an extension course in municipality Tianguá, which dealt with the issue of tackling racism and discrimination against women in a rural context. This issue is relevant to promoting strategies for confronting it and encouraging women's social participation in order to transform situations of oppression. The course had 26 participants and took place over 5 meetings. We adopted a participatory and dialogical methodology based on interactions

between the participants through culture circles. The results were the articulation between women and men from different segments and local social groups, the participants' identification with the issues addressed and their self-declaration as black women, and the realization that actions like these are necessary in a social context where rural black women present specific vulnerabilities.

Keywords: Racism; Gender; Discrimination; Confrontation

RESUMÉN

El objetivo de este artículo es informar sobre la experiencia de impartir un curso de extensión en el municipio Tianguá, en el que se abordó la cuestión de la lucha contra el racismo y la discriminación de las mujeres en un contexto rural. Este tema es relevante para la promoción de estrategias de afrontamiento y el fomento de la participación social de las mujeres para transformar situaciones de opresión. El curso contó con 26 participantes y se desarrolló a lo largo de 5 reuniones. Adoptamos una metodología participativa y dialogada, basada en interacciones entre las participantes a través de círculos culturales. Los resultados fueron la articulación entre mujeres y hombres de diferentes segmentos y grupos sociales locales, la identificación de las participantes con los temas abordados y su autodeclaración como mujeres negras, y la constatación de que acciones como estas son necesarias en un contexto social en el que las mujeres negras rurales presentan vulnerabilidades específicas.

Palabras clave: Racismo; Género; Discriminación; Confrontación

1 INTRODUÇÃO

O tema do enfrentamento do racismo e da discriminação da mulher em contexto rural assume relevância na atualidade. Diante dos desafios impostos pelo racismo e pelo patriarcado, discutir as relações étnico-raciais em seu entrelaçamento com as relações de gênero se torna fundamental para a apropriação de conceitos que se operacionalizam na vivência concreta das mulheres rurais e das comunidades onde estão inseridas.

Nessa perspectiva, ações de formação como o letramento racial ou a realização de cursos de formação se tornam fundamentais por possibilitarem a explicitação das dificuldades frente às vulnerabilidades e às situações de opressão experimentadas no cotidiano das mulheres negras, assim como facilitar a criação de estratégias de enfrentamento. Mediante a promoção de intervenções desse tipo, o processo formativo pode se configurar efetivamente como uma prática de libertação.

1.1 Discriminação racial, mulheres e contexto rural

Partimos do conceito de discriminação apresentado por Silva (2010) como a distinção entre um grupo ou pessoa em relação a outros, que gera tratamento diferencial a partir de um preconceito, o qual, por sua vez, estende-se como uma atitude ou ato-pensamento caracterizado como juízo ou crença prévia. Atos discriminatórios podem estar associados a raça ou ao gênero e se perpetuarem na sociedade, provocando a exclusão e contribuindo para a permanência de situações de opressão de determinados grupos.

Dentre as formas de enfrentamento ao racismo estrutural e suas consequências para a população negra, o movimento feminista negro amplia as discussões acerca da interseccionalidade, permitindo o questionamento de velhas categorias conceituais do saber instituído, que conduziram a explicações científicas questionáveis de teor racista. Santos (2019) denota que as teorias feministas assumiram a responsabilidade de reconhecer e discutir gênero, classe e raça não como formas de opressão diferentes e cumulativas, mas entendendo que o gênero se constrói por meio das diferenças étnicas e de classe, tomando esses elementos em sua mútua constituição.

Destarte, a ênfase no modo como as categorias raça, gênero e classe social interagem com a realidade sociomaterial da vida de mulheres na produção e na transformação de relações de poder dentro de nossa sociedade constitui ponto de convergência entre os diferentes movimentos feministas. O conceito de interseccionalidade analisa como as relações de poder influenciam as relações sociais caracterizadas pela diversidade e considera as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, entre outras, como interrelacionadas, moldando-se mutuamente (Collins, Bilge, 2021). Para Crenshaw (2002), o conceito de interseccionalidade vem sendo utilizado para a análise da relação entre as diversas categorias de opressão e para a compreensão de como os sistemas discriminatórios como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe

produzem desigualdades estruturantes que conferem determinadas posições a mulheres, raças, etnias e classes específicas.

Partimos da compreensão de raça como um conceito que permeou o tempo histórico, oferecendo justificativas para a classificação dos seres humanos, permitindo a sustentação de práticas perversas como a escravização e se ancorando na ideologia do racismo científico ou do racismo ideológico, os quais consideravam suas teorias como universais, conforme nos aponta Santos (2022). Tal acepção se tornou viável e foi legitimada em diversas sociedades do mundo ocidental, graças ao fato de o racismo, historicamente, ser o fenômeno fundador e estruturante de todos os modos de organização social.

Almeida (2022) corrobora a ideia de que a raça, configurando-se como um elemento da modernidade, classifica e referencia distintas categorias de seres humanos e, por esse motivo, o racismo deve ser sempre considerado estrutural. Assim sendo, esse fenômeno constitui o elemento que integra a organização econômica e política das sociedades, caracterizando-se como manifestação societal ordinária e não fenômeno que expressa anormalidade. A raça, que opera a partir da característica biológica e étnico-cultural, foi a categoria utilizada para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. Disso decorre a ideia de discriminação racial, que é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

Acerca da discriminação de mulheres negras, Kilomba (2019) retrata como estas ocupam um espaço vazio, o terceiro espaço, o qual se sobrepõe às margens da raça e do gênero. Significa habitar uma espécie de vácuo de apagamento e contradições constituído por um mundo de negros de um lado, um mundo de mulheres do outro, onde as mulheres pretas são colocadas no intervalo entre os dois. O racismo genderizado se define, nessa perspectiva, como uma opressão racial sofrida por mulheres negras estruturada por percepções racistas de papéis de gênero.

Pensar a discriminação de mulheres negras no contexto rural assume a função social de considerar as especificidades locais e os desafios encontrados por essas mulheres

que residem em municípios distantes das capitais ou em comunidades rurais. Ximenes *et al.* (2019) referem ser possível considerar algumas especificidades de ordem subjetiva nas pessoas provenientes de contextos rurais, as quais apresentam seu desenvolvimento psíquico mais relacionado a aspectos concretos da realidade, da vida material. Desse ponto de vista, ruralidades e urbanidades são categorias plurais e possuem uma relação dialética, encontrando-se de modo complexo na realidade de diferentes municípios.

Ao considerarmos a situação das mulheres negras rurais, o território constitui espaço concreto de vida, sendo fator imprescindível na construção cultural, étnico-racial e identitária, de onde emergem aspectos da desigualdade racial, tais como: disputas pela demarcação de terra, conflitos socioambientais e diversas formas de violências vividas no campo. Leite *et al.* (2021) destacam, sobre a participação política de mulheres quilombolas no nordeste brasileiro, a importância do movimento negro como impulsionador para a proposição de reflexões e enfrentamentos em prol da valorização da ancestralidade africana, de modo a validar a participação política de pessoas negras pela garantia de dignidade e em combate às injustiças sociais.

Ao investigarem a temática gênero e ruralidade, Maciazeki, Nogueira e Toneli (2016) enfatizam que tal relação constitui necessariamente a demarcação de um posicionamento ético-político, por levarem em conta a heterogeneidade e a diversidade, assim como a singularidade presente nos contextos locais, ao partirem do reconhecimento dos contextos rurais em suas especificidades, de forma a compreender como se produzem as condições e os modos de vida das mulheres nesses espaços (Maciazeki, Nogueira, Toneli, 2016, p.116).

A partir do exposto, o artigo tem o objetivo de relatar a experiência da execução do curso de extensão, que visou promover o espaço participativo e dialogado para a construção de conhecimentos e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento em relação à temática abordada. De um olhar que se pretendeu interseccional, buscamos, ao longo do curso, elucidar as temáticas de forma que

os conceitos apresentados fossem compreendidos em estreita relação com as experiências das participantes, promovendo o levantamento de seus conhecimentos prévios e a problematização de situações vivenciadas em seus espaços cotidianos.

2 TRILHAS METODOLÓGICAS

O curso de extensão foi realizado na sede do município Tianguá, no Estado do Ceará, no primeiro semestre de 2023, estando vinculado ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, constituindo atividade de estágio em docência do curso de Doutorado em Psicologia dessa universidade. O curso foi cadastrado na Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará.

Contou com a adesão de 26 participantes, além de cinco ativistas locais convidadas, que atuaram em atividades de rodas de conversas e vivências coletivas realizadas durante os encontros. O público participante foi composto por mulheres negras (pretas e pardas) cis e trans, mulheres residentes em contextos rurais, lideranças comunitárias e mulheres participantes de coletivos sociais; mulheres profissionais que atuavam na proteção dos direitos de outras mulheres; estudantes de ensino médio ou de graduação, homens e pessoas sem designação de gênero com interesse pela temática.

Os conteúdos trabalhados versaram diferentes temáticas, conforme ilustra o cronograma presente no Quadro 1. Tais temáticas foram desenvolvidas em uma carga horária de 40 horas e as aulas aconteceram no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) da cidade. A equipe executora foi composta por uma coordenadora e professora titular da Pós-graduação, uma discente do curso de doutorado que atuou como facilitadora do curso, e uma aluna extensionista da graduação em Psicologia da mesma universidade.

Quadro 1 – Cronograma do Curso

Dia / mês	Carga horária	Conteúdos abordados	Recursos metodológicos
04/05	8 horas / aulas	Aspectos históricos e conceituais da discriminação à mulher.	Dinâmica de apresentação, teatro do Oprimido, produção de cartazes em pequenos grupos e apresentação do material, exposição dos conteúdos.
11/05	8 horas / aulas	O racismo e o patriarcado como modos de estruturação das sociedades.	Dinâmica de aquecimento e integração, visualização criativa, partilha de experiências, exposição dos conteúdos.
18/05	4 horas / aulas	O feminismo negro como ferramenta de transformação social.	Dinâmica de aquecimento e integração, tarjetas com palavras geradoras, apresentação do filme <i>Cadê o negro que tava aqui?</i>
	4 horas / aulas	Ativismos e estratégias de enfrentamento.	Roda de conversa com lideranças de coletivos locais.
25/05	4 horas / aulas	Participação social e política de mulheres rurais.	Dinâmica de aquecimento e integração, imagens geradoras, partilha de experiências.
	4 horas / aulas	Movimentos de mulheres pretas em contextos locais: construindo estratégias coletivas de enfrentamento.	Dinâmica de aquecimento e integração, roda de conversa com lideranças de coletivos locais.
01/06	8 horas / aulas	Apagamento histórico e resgate da memória negra na região.	Dinâmica de aquecimento e integração, exposição de conteúdos por convidada, atividade em pequenos grupos, apresentação do material produzido e avaliação do curso.

Fonte: Organização das Autoras

Adotamos uma metodologia participativa e dialogada, a partir das interações entre as participantes, por meio de círculos de cultura (Freire, 1991, 2003), problematização

de situações concretas e contextualizadas, construção e resgate de memórias pessoais e coletivas, por meio do uso de diferentes formas de linguagem e expressão. A cada encontro, as integrantes dispostas em círculos eram mobilizadas para a problematização dos temas a partir de sua realidade concreta, para, em seguida, elucidarmos os conteúdos, relacionando-os à problematização anterior.

Utilizamos o método do diário de campo, o qual, tal como descrevem Medrado, Spink e Mélo (2014), compõe-se por anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes e experiências vividas no cotidiano da pesquisadora. Tal recurso permitiu uma escrita implicada, na qual foram registradas memórias que puderam representar testemunhos sobre os eventos de sala de aula. No diário de campo, a facilitadora registrava suas experiências vividas, suas impressões e suas afetações.

Empregamos nomes fictícios quando nos reportamos aos discursos das participantes, assim como às respostas subjetivas dos formulários. Os primeiros estão identificados pela abreviação DC, de diário de campo, seguido do número da aula realizada, e as segundas, pelas iniciais de formulário de avaliação, FA. Além desse instrumento, aplicamos o formulário de avaliação do curso com nove itens objetivos que incluíam aspectos como estrutura, logística, metodologia, conteúdos, participação e duas questões subjetivas para que as participantes registrassem suas impressões sobre o curso, suas sugestões e suas críticas.

Para a análise dos resultados, consideramos as narrativas registradas no diário de campo, os itens avaliados no formulário, assim como as observações da facilitadora e os discursos das participantes evocados no momento de partilha de experiências sobre o processo, realizado no último encontro.

3 DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO

Durante o desenvolvimento do curso, por meio das observações e registros, pudemos constatar o quanto a formação dos vínculos entre as participantes levou a um

envolvimento sólido e à participação cada vez mais espontânea e implicada no decorrer dos encontros. As temáticas trabalhadas se atrelaram às experiências cotidianas das mulheres, fazendo emergir vivências pessoais e coletivas, que foram compartilhadas e relacionadas aos conteúdos suscitados, facilitando a ressignificação de percepções e a assimilação dos aprendizados construídos. Dentre os aspectos avaliados, discutimos as dimensões descritas a seguir, que emergiram da experiência das discentes e se apresentaram como relevantes, as quais são referentes aos conteúdos ministrados, às atividades propostas, aos depoimentos partilhados e aos desafios cotidianos das participantes frente ao racismo e à discriminação de gênero.

3.1 Avaliação do curso pelas participantes

Do número total de participantes, 67% responderam ao formulário de avaliação do curso. Em relação aos quesitos avaliados de forma objetiva nos formulários, como a adequação do tempo de execução do curso ao aprofundamento dos conteúdos, o domínio dos conteúdos, a capacitação da docente para a condução das atividades, a sequência em que os conteúdos foram repassados na facilitação da compreensão, a adequação da metodologia aos objetivos, a acessibilidade da linguagem, a alimentação, o local e a estrutura oferecidos, e a capacidade das atividades de promoverem a integração e estimular a participação, 97% das respondentes informaram estar satisfeitas e concordaram que os aspectos avaliados estavam de acordo com os objetivos. Todas as respondentes declararam achar a temática central totalmente importante e consideraram que o curso deveria ser replicado para outros grupos e pessoas.

Nas questões subjetivas referentes às impressões que levavam consigo da experiência vivida durante a extensão e no espaço para críticas e sugestões, as respondentes abordaram aspectos positivos como o conhecimento mais aprofundado e diferenciado sobre a temática, os vínculos estabelecidos, os aprendizados partilhados em atividades tidas como estimulantes e envolventes. A descrição de Joana se mostra ilustrativa: “um curso essencial tanto para os processos de identificação de quem

somos e de onde viemos, como pela importância do tema para a população em geral, sendo este tema tão importante que não deve nunca ser esquecido pela sociedade” (FA). As participantes não apontaram críticas, sugeriram a continuidade da formação e que o curso fosse levado a localidades rurais do município.

3.2 O processo como espaço de sensibilização e troca de experiências

As temáticas elucidadas no decorrer dos encontros permitiram o contato com as experiências cotidianas das participantes, as quais foram compartilhadas num espaço coletivo de trocas. O clima em sala de aula permitiu a evocação de processos de vinculação, identificação e conscientização pessoais e no grupo. Desse modo, a problematização da realidade se deu na vivência imediata das relações estabelecidas, cujo processo representou a possibilidade de fortalecimento e compartilhamento de percepções, sentimentos, tomadas de consciência e elaboração conjunta de estratégias de enfrentamento do fenômeno da discriminação.

Acerca das suas impressões sobre o processo, Carla discorreu que “os temas foram bastante fortes e fizeram me reconhecer em alguns deles; saio dessa experiência mais forte, decidida e com um olhar diferente” (FA). Luana, por sua vez, expressou aspectos como o aprofundamento e maior consciência a partir dos conhecimentos compartilhados: “com essas vivências, eu pude compreender mais a fundo a realidade, a história de luta que a população negra vem superando os obstáculos a cada dia” (FA).

Levando em conta a carga horária limitada da formação no formato de extensão, constatamos que os depoimentos e as expressões das participantes apontaram para uma espécie de despertar para o enfrentamento das situações de discriminação. Santos (2019) considera que quando vozes que eram silenciadas e corpos que eram estigmatizados pelo racismo e pelo sexismo têm espaço para ser e se expressar, estes acabam se transformando em ações políticas de enfrentamento das opressões, o que demonstra a eficácia de discussões sobre o reconhecimento em direção ao movimento organizado de mulheres negras.

Diante disso, identificamos que algumas participantes apresentavam uma trajetória anterior de participação social em seus campos de trabalho e contextos de vida, como as mulheres servidoras do sindicato das trabalhadoras rurais da região, as agentes comunitárias de saúde e as servidoras da área da Assistência Social que atuavam com mulheres em situação de violência. Na vivência do curso de extensão, tais mulheres demonstraram estarem mais sensibilizadas ao engajamento nas questões de seu dia a dia de trabalho, percebendo o quanto o racismo e a discriminação da mulher estavam relacionados às situações vividas por elas e atinando para a necessidade de implicação com essas questões.

Sobre esse último aspecto, recorreremos à análise social de Freire (1987), que assinala a necessidade de participação social para a mudança das condições de opressão. Na acepção freiriana, ao vivenciar diversos modos de opressão, as massas precisam se mobilizar para alcançar a participação no poder, por meio de uma revolução cultural que se dá por meio da prática do diálogo permanente entre a liderança e o povo, instâncias cuja atuação não prescinde da criticização diante da realidade. São os sujeitos e os povos oprimidos que devem promover a participação na busca pela própria libertação por meio do seu engajamento. Tal percepção enfatiza o direito de os povos oprimidos dizerem a sua palavra, isto é, desvelar e enunciar a sua realidade.

3.3 Os significados da formação sobre racismo e discriminação da mulher

Os significados evocados nas participantes estiveram associados às temáticas compartilhadas, relacionadas principalmente ao que significa ser mulher ou ser mulher negra, às desigualdades entre homens e mulheres, à invisibilização da população negra na região, às especificidades do contexto rural, ao engajamento na luta social e coletiva em diferentes formas de atuação. Dentre outros pontos, as mulheres retrataram, nas atividades realizadas em subgrupos as formas de violência vividas, as situações cotidianas como assédio em diferentes lugares, os sistemas rígidos e difíceis de transpor como o patriarcado, o racismo, o capitalismo, os quais

“quando tentamos burlar somos impedidas e chamadas de bruxas e loucas, por isso precisamos ser sempre resilientes e fortes” (Marta, DC 2).

Percebemos o impacto causado no grupo a partir da interação com as cinco ativistas convidadas que facilitaram rodas de conversa e vivências coletivas durante os encontros. Em momento destinado à avaliação coletiva do curso, as mulheres se reportaram a essas atividades, referindo que se sentiram bastante impactadas pelas colocações das ativistas a partir do que atinaram para o quanto a luta social estava viva no contexto regional, pois antes não tinham essa percepção. Na ocasião, as sindicalistas rurais descreveram suas conquistas, suas atribuições e falaram sobre o fato de a associação da cidade se constituir como referência para outros municípios do Estado, a ponto de seus planejamentos e programas estarem sendo replicados por outras associações.

Em dada atividade, a partir de fotografias de mulheres rurais trazidas por uma integrante fotógrafa, por solicitação da facilitadora, o grupo refletiu sobre o que é ser mulher no contexto rural. As mulheres agricultoras expressaram falas significativas sobre os estereótipos vividos, de matuta, sem instrução, maltratada, na experiência de discriminação sofrida quando migram para a cidade, assim como sobre a cultura patriarcal que faz com que muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras e os homens não lhes permitam gerenciar o próprio dinheiro. Marta bradou com orgulho enquanto narrava sua história como sindicalista rural e agricultora: “Tem gente que sente vergonha, mas *nós num* deve ter vergonha, porque *nós sabe* mais sobre alimentação do que quem não é da roça; se a roça não planta, a cidade não janta” (DC 4). Outras, como Júlia, reportaram seu desejo de permanência no campo e seu enfrentamento por meio de práticas de empreendedorismo implementadas na sua comunidade: “eu saio da minha comunidade, estudo, mas eu volto pra lá *pra* levar melhoria, eu não quero nunca sair do campo, só mesmo se for preciso” (DC 4). Geane discorreu emocionada sobre sua experiência de ser mulher, agricultora e produtora rural: “*as pessoa* têm preconceito que a mulher do campo é feia, suja, maltratada, eu planto, trabalho na roça e sou produtora, e *tô* aqui, arrumada,

bem cuidada” (DC 4). Em momento de comoção em grupo, Marta afirmou que “*as pessoas não sabe o que é morar na roça, eu quando eu tô triste, eu corro pra mata, sinto o cheiro da natureza, e fico lá, eu me sinto livre, eu preciso ser livre*” (DC 4), relatando sobre o modo como se revitalizava em seu lugar, destacando que somente quem é oriundo do campo poderia compreender isso. Tais considerações expressam conformidade com as ideias de Maciazeki, Nogueira, Toneli (2016) acerca dos modos de vida das mulheres rurais e da necessidade de conhecer suas especificidades para a superação de situações opressoras.

Identificamos impactos do curso na realidade das participantes ao nos depararmos com sua percepção do quanto a discriminação da mulher e o racismo estão presentes em suas vivências pessoais e em seu entorno, no público com o qual trabalham, em suas comunidades, em seus grupos familiares e sociais, e no compromisso que algumas participantes expressaram ao estender os conteúdos aprendidos para seus contextos de atuação. Foi o caso de Geane, que, após cada aula, reunia as mulheres de sua família, composta por dez irmãs, e discutia acerca dos conteúdos e experiências aprendidos. Outras mulheres narraram a necessidade de partilharem o que viviam no espaço de sala de aula com outros grupos e pessoas, comunicando a mobilização à ação ao se tornarem multiplicadoras.

Pudemos verificar o quanto as temáticas suscitaram nas participantes impactos de ordem pessoal, confirmando a presença do racismo estrutural em suas vidas. No início do curso, Helena, uma jovem negra de pele retinta, afirmou que não tinha necessidade de saber a respeito dos conteúdos propostos, mas, sim, as pessoas brancas ou não negras e “eu sei o que vocês vão discutir aqui, quem precisa aprender isso são vocês, eu já vivo isso e reflito sobre isso diariamente, acho muito importante esse curso, mas eu não estou vendo aqui autoridades dando importância a esse tipo de ação, por quê não estão aqui?” (DC 1), destacando sua vivência acerca das diferenças étnico-raciais em suas relações. De forma individual, a participante afirmou que identificava o que nomeou como racismo institucional, o que afetava diretamente no seu trabalho. Logo em seguida, comunicou sua desistência do curso, o que nos fez

refletir sobre os enormes desafios enfrentados pelas mulheres negras na construção de sua negritude. Diante disso, reportamo-nos a Gonzalez (2020) quando afirma que ser negra e mulher no Brasil significa estar no nível mais alto de opressão devido aos estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo.

Foi perceptível que um número significativo de mulheres passou a se perceber como negra ao longo do curso, posicionando-se como sujeito político na realização das atividades e se afirmando como tal ao final do processo, quando perguntadas pela facilitadora quem do grupo se reconhecia como mulher negra. Munanga (2019) assinala a construção da identidade negra como a segurança de assumir a sua condição, dizendo-se negro com orgulho de sê-lo, na apropriação de seu destino, de sua história, de sua cultura, a despeito de uma realidade que tentou conceder à palavra negro conotações perversas e degradantes.

Entretanto, não somente as mulheres negras se sentiram afetadas e mobilizadas no decorrer do processo vivenciado. Algumas mulheres brancas declararam se reconhecer racistas, ao perceberem condutas e perspectivas que contribuíam para a permanência de condições de desigualdade, como não abrirem mão de certos privilégios ou não considerarem as especificidades das mulheres negras. Esses constituíram momentos de intensa mobilização afetiva no grupo, vinculação entre as participantes e potencialização para os aprofundamentos das reflexões compartilhadas. Em uma dada situação em que se discutia a luta negra para a conquista de direitos, Bianca, uma mulher branca, que participava de sua primeira aula, expressou discordância com as políticas afirmativas porque “todas as pessoas eram iguais e tinham que desfrutar das mesmas condições de acesso” (DC 3). A partir disso, algumas participantes se posicionaram no sentido de defender a importância das políticas de reparação, expressando-se com apropriação e firmeza. Após o fato, Bianca acabou faltando, tendo comunicado a um amigo a não continuidade no curso, alegando que “havia se sentido excluída” (DC 5).

Por sua vez, Luiara, uma mulher trans, declarou que “eu me senti muito acolhida e saio daqui fortalecida pra luta diária, porque são *muitas luta*, vixe, se eu for contar o

que já passei nessa cidade” (DC 5), destacando o enfretamento ante o forte preconceito existente na região. Dentre os homens participantes, Luiz disse que “eu me identifiquei com tudo que foi discutido aqui, eu sou um homem negro, pobre, religioso e gay, tudo o que não querem, e eu me coloco em todos os espaços, quando vi esse curso eu fiz questão de participar” (DC 5). Clécio, que se declarou homem gay, compartilhou com o grupo que “a partir de agora sou feminista, vou militar, usar *botons*, camisas, e vou utilizar meus conhecimentos no meu dia a dia de trabalho, para que esses conhecimentos não fiquem só por aqui” (DC 5). Diante dessas narrativas, refletimos sobre a relevância da identificação entre pessoas que compartilham situações semelhantes de vulnerabilidade para o seu engajamento na luta antirracista. Acerca disso, González (2020) ressalta que homens e mulheres negras se conhecem bem e se desenvolvem num plano igualitário, pois suas raízes provêm de um solo histórico-cultural comum.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de extensão atingiu o objetivo proposto de promover espaço de discussão das temáticas que articulassem o campo de estudos sobre discriminação de gênero e étnico-racial, com vistas ao fortalecimento de mulheres e grupos sociais no enfrentamento ao racismo e discriminação de gênero em seu contexto social e comunitário. Inferimos que o curso possibilitou também a articulação entre mulheres e homens de diferentes segmentos e grupos sociais locais, como Assistencial Social, Saúde, Sindicato, estudantes de graduação, ativistas de coletivos e pessoas da comunidade.

Constatamos o reconhecimento das participantes sobre a importância do curso de extensão em seus processos de fortalecimento, conscientização e enfrentamentos individuais e coletivos, assim como sua relevância na identificação das participantes com as questões abordadas, como a autodeclaração como mulheres negras, mencionada por muitas. Nesse sentido, a ação contribuiu no processo de tornar-se negra suscitado em algumas mulheres.

Houve limitações relacionadas ao acesso das mulheres residentes em comunidades rurais distantes da sede, que se mobilizaram à participação, mas não encontraram condições financeiras e de apoio dos órgãos públicos para o deslocamento, o que revelou a presença de barreiras sólidas encontradas no dia a dia das mulheres rurais, diante do que inferimos que a mera participação em uma formação ainda se encontra inviabilizada por aspectos associados à precariedade de condições existentes nesse contexto.

Ações de formação que tratem das questões das relações étnico-raciais e da discriminação de gênero se revelam potentes e necessárias em um contexto social no qual as mulheres negras rurais apresentam vulnerabilidades específicas. A mobilização para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero constitui um processo complexo, que exige a criação de estratégias que incluam desde ações de letramento, passando pelo chamado à participação coletiva, até a efetivação de políticas que permitam a transformação das condições de vida dessas mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa da primeira autora, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pesquisadora -PQ- 1D da segunda autora, ao Centro de Referência da Mulher (CRAM) e à Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) do município onde foi realizado o curso pela parceria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n.1, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: nov. de 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20presente%20documento%2C%20baseado%20no,de%20ra%C3%A7a%20e%20de%20g%C3%A7a> Acesso em: set. de 2022.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, P. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, J. F., DIMENSTEIN, M., BELARMINO, V. H., MACEDO, J. P., DANTAS, C., & CARVALHO, A. V. Participação política de mulheres quilombolas rurais no nordeste brasileiro. **Athenea digital: revista de pensamento e investigação social**, v. 21, n. 2, 2021.

MACIAZEKI, M. R. C. NOGUEIRA, C. E TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade** [online]., v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.

MEDRADO, B., SPINK, M. J., MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, M. J. P.; Brigagão, J. I.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 273-294.

MUNANGA, K. **Negritude usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2019.

SANTOS, A. C. T. O feminismo negro no Brasil e o enfrentamento das opressões de classe, raça e gênero. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, jan./abr., 2019, p. 405-420.

SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, S. G. Preconceito e Discriminação: As bases da violência Contra a Mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.

XIMENES, V. M., SILVA, A. M. S., FILHO, C. E. E., CÂMARA, A. E., CLARINDO, J. M. Sentimento de comunidade e pobreza rural no nordeste, norte e sul do Brasil. **Revista Subjetividades**, v. 1, n. 10, p. 1-13, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000100004. Acesso em: out. de 2022.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

1 – Patrícia Mendes Lemos

Doutoranda em Psicologia, Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-5751-6652> • prof.patriciamlemons2020@gmail.com

Contribuição: Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Escrita – projeto original

2 – Verônica Moraes Ximenes

Graduada em Psicologia, Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0003-3564-8555> • vemorais@yahoo.com.br

Contribuição: Conceptualização, Investigação, Supervisão, Administração do projeto, Recursos, Escrita – revisão e edição